



DOS QUATRO TÓPICOS APRESENTADOS, ESCOLHE APENAS UM E ESCRIVE UM ENSAIO FILOSÓFICO SOBRE O MESMO.

### INDICAÇÕES:

Tens **três horas** para redigires o teu ensaio, sendo-te concedidos **10 minutos de tolerância para gravação e submissão online**.

Dos quatro tópicos possíveis, **identifica claramente o tópico escolhido para realizares o teu ensaio**.

**Escreve o teu número secreto** apenas na primeira página do teu ensaio, **no espaço designado**, e **não escrevas** o teu nome ou qualquer tipo de identificação em nenhum lugar, sob pena de desclassificação.

**Vai gravando o teu ensaio**, em intervalos regulares, de 30 em 30 minutos.

Não alteres a formatação pré-definida para a realização do ensaio.

<b>Código Secreto</b>
-----------------------

<b>1008</b>
-------------

### Tópico 1

O plebiscito universal, isto é, a possibilidade de todos os cidadãos acima de determinada idade poderem votar, independentemente do género, raça, orientação política ou qualquer outro fator é um dos pilares fundamentais da maioria das democracias atuais. Neste ensaio responderei à seguinte questão:

“Será que todos os cidadãos, mesmo os ignorantes em assuntos políticos e económicos, deveriam ter o mesmo direito ao voto?” Defenderei de um ponto de vista prático e moral, segundo o qual todos os cidadãos devem ter igual acesso para exercerem o seu direito ao voto, e cada voto deve ter o mesmo peso, independentemente do conhecimento de qualquer um em áreas como a política e a economia.

Imaginemos que aceitamos como verdadeira a afirmação seguinte: o direito ao voto de cidadãos ignorantes em assuntos políticos e económicos deve ser restrito, ou até mesmo revogado. De um ponto de vista prático, estaríamos a criar diversas problemáticas: quais os critérios para distinguir o cidadão apto a votar daquele que não o é, quem os elaboraria e fiscalizaria o seu cumprimento? Jason Brennan usa o exemplo de Quentin para dar força ao seu argumento de que não basta, para votar bem, ter a vontade de mudar para melhor o seu país, sendo fundamental que a cabeça, isto é, o conhecimento, esteja também presente. As eleições são neste exemplo apresentadas como a oportunidade do cidadão para curar o país. Para uma pessoa ser autorizada a tratar e curar pacientes tem de, na maioria dos casos, possuir formação para esse efeito. Uma licenciatura em medicina ou enfermagem, ou outras áreas relevantes. Será que o direito de voto deve ser regido do mesmo modo? Poderíamos limitá-lo a quem possuísse licenciatura na área da ciência política ou da economia. Mas estaríamos a limitar a população votante a algo que não representaria



de igual forma todos os cidadãos do país. Estes critérios criariam um pequeno grupo, uma elite que escolheria pelos demais.

Alguém podia contra-argumentar dizendo que poderíamos alargar os critérios, requerendo apenas um conhecimento mais superficial sobre política e economia. Afinal, qualquer um de nós pode aplicar um penso ou pomada numa ferida sem qualquer licenciatura em medicina. Mesmo que os critérios sejam alargados de modo a incluir uma porção mais representativa da população, estes ainda teriam de ser selecionados, levantando ainda o problema de quem os elaboraria. Só os formados em política ou economia, ou uma maior fatia da população?

Mesmo que selecionássemos com sucesso a fatia da população elegível, e realizássemos umas eleições sem surgir qualquer problema, a realidade poderia mudar. Um professor de filosofia com quarenta anos poderia decidir estudar medicina, e ao concluir o curso começar a exercer. Tal como ele, cada cidadão poderia tentar, após lhe ser recusado o direito, informar-se de modo a que nas próximas eleições pudesse votar. Isto poderia ser mais ou menos difícil, dependendo de quão rígidos e exclusivos fossem os critérios selecionados. Implicaria, contudo, uma constante avaliação das capacidades de cada cidadão, pois tal como seria possível ganhar conhecimento e poder votar pela primeira vez após ter sido previamente proibido, o conhecimento também se poderia tornar desatualizado ou insuficiente, levando à revogação do direito do cidadão. Tudo isto implicaria uma infraestrutura de largas dimensões, que a cada eleição ou referendo verificasse a aptidão de cada cidadão, com altos custos que recairiam sobre todos.

Cabe também lembrar que em cada fase deste processo existe oportunidade para fraude, corrupção e perversão dos resultados e até mesmo da democracia. Um movimento ou partido político seria incentivado a infiltrar-se no sistema de seleção dos eleitores, procurando que este concedesse o direito de voto a militantes das suas causas, que de outro modo não cumpriram os critérios. Poderiam também procurar excluir membros ou militantes de partidos ou movimentos rivais, mesmo que estes fossem elegíveis. Seria assim necessário constituir outro corpo que fiscalizasse as ações dos selecionadores, sendo que nem isto seria uma garantia da absoluta transparência do processo, colocando em questão a sua necessidade.

Realizadas as eleições, os detentores do poder seriam tentados a impedir o surgimento de novas ideias ou movimentos que desafiassem a sua autoridade. Isto já acontece em algumas democracias atuais, e a habilidade de remover a alguns o direito ao voto exacerbaria este problema, podendo levar a uma estagnação das medidas e ideias discutidas, e até mesmo da política em si. Isto teria profundas



consequências para qualquer país, visto que a flexibilidade e capacidade de se adaptar são características essenciais para a sua existência próspera.

É também necessário tomar em conta as consequências deste sistema de um ponto de vista moral. Será moral remover o direito ao voto a quem não seja considerado apto?

Os resultados das eleições são, num país com plebiscito universal, responsabilidade de todos aqueles que votaram. Quer para o bem ou para o mal, são a obra de todas essas pessoas, e os seus efeitos são sentidos por todos. Alguém que votou cujo partido perde nas eleições aceita que este não representa a vontade da maioria dos cidadãos, ou se não o aceita sabe-o. Uma pessoa cujo direito de voto tenha sido removido por ser considerado demasiado ignorante para o possuir continua a sentir os efeitos das eleições, mas, no entanto, não tomará parte na sua construção. Sentir-se-á injustiçada. Talvez sofra agora a ação de uma lei com a qual não concorda. O seu voto poderia ou não ter feito a diferença no surgimento desta lei, mas a remoção do seu direito ao voto tirar-lhe-ia o seu poder de escolha. Também poderia concordar com a nova lei, mas sentir que deveria ter tido um papel ao aprová-la com o seu voto. Com este exemplo estamos a analisar um caso em particular, e um único voto dificilmente muda resultados de eleições. Mas ao restringirmos estes direitos estaríamos a excluir milhares, ou até milhões de pessoas, aprovando leis e governos que as afetarão sem as consultarmos, quando o seu poder combinado poderia empurrar a balança para um lado ou outro. Como tal, não considero moral que se retire o direito de voto a alguém, quando o mesmo sofrerá na mesma as consequências dessas eleições. Alguém pode escolher não votar, abstendo-se, mas nesse caso está voluntariamente a ceder o direito de participar na construção do seu país.

O desinteresse em questões de política pode ser verificado pelas taxas de abstenção relativamente elevadas na maioria das democracias, um dos grandes problemas enfrentado pelas mesmas. Este leva a que muitos não procurem educar-se em matérias como a política, economia e ciências sociais. A maioria ou alguns destes seriam certamente excluídos do direito ao voto caso aplicássemos o sistema acima referido. Esta exclusão tiraria a alguns o desejo de se educarem na política, pois se não pudessem votar nem sequer valeria a pena tentarem manter-se informados. Estaríamos assim a reduzir ainda mais a população educada e interessada na política, o oposto do nosso objetivo. Poderia também ser apresentado o argumento de que o interesse e a vontade de aprender sobre a política aumentaria, visto que os cidadãos seriam incentivados a manterem-se informados se queriam



manter o seu direito. O ser humano tende a reagir mais positivamente a estímulos positivos do que negativos, mas isto nem sempre é verdade e não se aplica a todos os casos. Uma comparação natural seria ao facto de um aluno reprovar, caso não tenha atingido o nível de conhecimento considerado necessário para progredir para o ano seguinte. Embora este mecanismo esteja em vigor em Portugal e noutros países, não significa que seja o mais adequado. Será que o aluno que já apresenta desinteresse é incentivado a aprender por reprovar, ou se sente castigado e ainda mais desinteressado do que antes, ao ver a sua vida retroceder um ano? Haverá casos em que o primeiro seja verdade, tal como a proibição da participação nas eleições poderia ser um incentivo para alguns se educarem nas disciplinas relevantes, mas estes seriam a exceção e não a regra. À falta de método para determinar quem se encaixaria em determinada categoria, para o qual necessitaríamos de prever o futuro, teremos de optar pelo método que oferece a maior certeza de sucesso duradouro. Tal como ao invés de reprovar o aluno sem fazer mais nada seria mais eficaz apoiá-lo nas suas dificuldades, seria também mais vantajoso fornecer ao cidadão a informação adequada para este votar de forma informada, sem restringir o seu direito.

Por último, poderia ser argumentado que ao restringir o direito ao voto aos ignorantes em política e economia estaríamos a erodir a base de suporte de muitos candidatos extremistas, o que por si só seria provavelmente considerado como algo positivo. Mas não nos podemos limitar a analisar o efeito, ficando contente ou descontente com o mesmo, quando a causa é tão ou mais importante. Seria, como referido no parágrafo anterior, mais produtivo, ao invés de excluirmos essas pessoas do direito ao voto, educá-las nas áreas em que mais precisam, permitindo-lhes fazer uma escolha melhor, e, ainda mais importante, uma escolha informada. Seria quase certamente mais fácil e menos dispendioso, pelos motivos citados mais acima, do que todo o sistema necessário para determinar quem poderia ou não votar. Assim, e com base em todos os argumentos neste ensaio, continuo a defender que qualquer pessoa, independentemente do seu conhecimento em áreas da política ou economia deveria poder votar (tendo em conta as normais restrições da idade mínima). O combate ao desinteresse e ignorância em questões políticas devia ser feito não por métodos punitivos e proibitivos, mas sim com uma campanha intensa e focada da redução destes fatores através da educação nas áreas mais pertinentes, que serão mais baratos, mais eficazes e mais corretos de um ponto de vista moral face à restrição do direito ao voto.